



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**HABEAS CORPUS Nº 681010 - SP (2021/0224129-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : CINTIA LIMA MARTINS DE PAULA**  
**ADVOGADO : CINTIA LIMA MARTINS DE PAULA - SP164433**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ALEXANDRE PRESTES RAMOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **DECISÃO**

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRE PRESTES RAMOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução n. 0003581-13.2021.8.26.0026)

O paciente cumpre pena privativa de liberdade como incurso no artigo 33 da Lei n. 11.343/06.

Informa a impetrante que "a Douta 2ª Câmara de Direito Criminal, deu provimento ao Agravado em Execução do Ministério Público, sob a fundamentação de que o paciente possui duas condenações como incurso no artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, afastada a causa de diminuição prevista no artigo 33, parágrafo 4º, do mesmo Diploma Legal, nos dois processos(pela reincidência e pela dedicação a atividades criminosas)" (fl. 4).

Aduz o impetrante que "o paciente não pode ser considerado reincidente em crime hediondo, uma vez que o segundo crime, ocorreu antes do trânsito em julgado da sentença do primeiro processo, tanto que os cálculos de pena elaborados em sua execução o consideram como reincidente doloso" (fls. 5-6).

Requer, liminarmente, o recálculo da pena fixada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente